

**Inquérito Civil Público n. 06.2018.00002840-3**

**Objeto:** apurar eventual irregularidade, ilegalidade ou mesmo ato de improbidade administrativa consistente na dispensa indevida de licitação decorrente da aquisição fracionada de bens e serviços para conserto e manutenção de veículos e máquinas na Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra/SC, na gestão do Prefeito Serginho Rodrigues de Oliveira;

**TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

**n. 0010/2018/02PJ/SJA**

○ **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, pelo Promotor de Justiça **Gilberto Assink de Souza**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, com fundamento no art. 127, *caput*, e art. 129, incisos II e III, da Constituição Federal; no art. 97, parágrafo único, da Constituição Estadual; no art. 25, inciso IV, da Lei n. 8.625/93; no art. 5º, §6º, da Lei n. 7.347/85 e nos arts. 25 a 36 do Ato n. 395/2018/PGJ, denominado COMPROMITENTE; e, **SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, natural de São Joaquim/SC, nascido em 19/12/1963, CPF n. 481.958.209-72, filho de Sérgio Rodrigues de Oliveira e Maria Andrade de Oliveira, residente na Rua Emilio Ribeiro, n. 178, Centro, Bom Jardim da Serra/SC, telefone 49 99113-0681, e-mail gab.prefeito@bomjardimdaserra.gov.Br, acompanhado neste ato do Advogado Dr. Marcus Augusto da Conceição Spillere, OAB/SC n. 35.335; doravante denominado COMPROMISSÁRIO; diante das constatações e informações reunidas no **Inquérito Civil Público n. 06.2018.00002840-3**, resolvem celebrar o presente

**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**  
- conduta configuradora de ato de improbidade administrativa -

consoante fundamentos e cláusulas estabelecidas na sequência:

**CONSIDERANDO** as funções institucionais do Ministério Público previstas nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, nos arts. 26 e 27 da Lei Federal n. 8.625/93 [Lei Orgânica Nacional do Ministério Público] e nos arts. 82 e 83 da Lei Complementar Estadual n. 197/00 [Lei Orgânica Estadual do Ministério Público de Santa Catarina];

**CONSIDERANDO** que a administração pública direta e indireta de

qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, consoante dispõe o artigo 37 da Constituição Federal;

**CONSIDERANDO** que a Lei n. 8.429/92 disciplina as condutas caracterizadoras de atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito [art. 9º], causam dano ao erário [art. 10] ou atentam contra os Princípios Norteadores da Atividade Administrativa [art. 11];

**CONSIDERANDO** que, nos termos do art. 1º da Resolução n. 179 do Conselho Nacional do Ministério Público e do art. 25 do Ato n. 395/2018/PGJ do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, o *"Compromisso de Ajustamento de Conduta é instrumento de garantia dos direitos e interesses difusos e coletivos, individuais homogêneos e outros direitos de cuja defesa está incumbido o Ministério Público, com natureza de negócio jurídico que tem por finalidade a adequação da conduta às exigências legais e constitucionais, com eficácia de título executivo extrajudicial a partir da celebração"*;

**CONSIDERANDO** que o §2º do art. 25 do Ato n. 395/2018/PGJ e o §2º do art. 1º da Resolução n. 179 do Conselho Nacional do Ministério Público permitem a celebração de compromisso de ajustamento de conduta nas hipóteses caracterizadoras de improbidade administrativa, desde que seja assegurado o ressarcimento dos danos eventualmente causados ao erário, bem como sejam aplicadas uma ou algumas das sanções previstas em lei, de acordo com a conduta ou o ato ímprobo cometido;

**CONSIDERANDO** que a celebração de compromisso de ajustamento de conduta é autorizada inclusive no curso de ação judicial, oportunidade em que o acordo será submetido à homologação pelo juízo competente, nos termos do art. 27, §1º, do Ato n. 395/2018/PGJ e do art. 3º da Resolução n. 179 do Conselho Nacional do Ministério Público;

**CONSIDERANDO** a instauração do Inquérito Civil Público n. 06.2018.00002840-3, com o propósito de *"apurar eventual irregularidade, ilegalidade ou mesmo ato de improbidade administrativa consistente na dispensa indevida de licitação decorrente da aquisição fracionada de bens e serviços para conserto e manutenção de veículos e máquinas na Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra/SC, na gestão do Prefeito Serginho Rodrigues de Oliveira;"*;

**CONSIDERANDO** que após a conclusão das investigações, com a análise das provas, elementos, indícios, documentos, informações e depoimentos colhidos no procedimento acima referido, apurou-se que o **Município de Bom Jardim da Serra**, no período de maio de 2017 a novembro de 2018, gestão do Prefeito Municipal **Serginho Rodrigues de Oliveira**, não realizou licitação para aquisição de todos os bens e serviços para conserto e/ou manutenção de veículos e máquinas da Prefeitura Municipal, apesar de identificados gastos superiores a R\$ 600.000,00 [seiscentos mil reais] em diversas oficinas e empresas;

**CONSIDERANDO** que o art. 23, inciso II, alínea "a", e o art. 24, inciso II, ambos da Lei n. 8.666/93 [Lei das Licitações], determinam que o valor da dispensa de licitação, quando envolver serviços diversos de engenharia, deve ser inferior a R\$ 8.000,00 [oito mil reais].

**CONSIDERANDO** que os limites para dispensa de licitação/contratação direta foram recentemente alterados e atualizados pelo Decreto Federal n. 9.412/2018, razão pela qual a partir de meados de julho de 2018, a contratação de serviços diversos dos de engenharia, deve ser inferior a R\$ 17.600,00 [dezessete mil e seiscentos reais];

**CONSIDERANDO** que o art. 10, inciso VIII, da Lei 8.429/92, disciplina duas situações distintas, originadas por condutas e momentos também diferenciados. A primeira, de frustrar a licitude de processo licitatório. A segunda, por sua vez, de dispensar a licitação indevidamente;

**CONSIDERANDO** que as condutas descritas [dispensa indevida de licitação] caracterizam a prática de atos de improbidade administrativa previstos no art. 10, *caput*, e inciso VIII, e no art. 11, *caput*, ambos da Lei n. 8.429/92;

**CONSIDERANDO** que "*constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres*" de entidades públicas, nos termos do art. 10, *caput*, da Lei n. 8.429/92;

**CONSIDERANDO** que "*constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições*", nos termos

do art. 11, *caput*, da Lei n. 8.429/92;

**CONSIDERANDO**, entretanto, que os serviços para conserto e/ou manutenção de veículos e máquinas da frota municipal foram prestados pelas empresas ao **Município de Bom Jardim da Serra**, bem como que não foram identificados indícios de superfaturamento nos preços praticados, razão pela qual não houve dano concreto ao erário;

**CONSIDERANDO** que o investigado manifestou interesse em solucionar o caso de forma extrajudicial, evitando, com isso, a necessidade do ajuizamento de ação de responsabilização pela prática de ato de improbidade administrativa;

**CONSIDERANDO** que *"na fixação das penas previstas nesta lei o juiz levará em conta a extensão do dano causado, assim como o proveito patrimonial obtido pelo agente"*, nos termos do parágrafo único do art. 12 da Lei n. 8.429/92;

**CONSIDERANDO** que o responsável pelo ato de improbidade administrativa está sujeito às sanções previstas no art. 12, incisos I, II e III, da Lei n. 8.429/92, os quais podem ser aplicados isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato, razão pela qual a punição do agente público ou político ímprobo deve ser proporcional à gravidade da sua conduta (intensidade do dolo), às consequências jurídicas do ato (montante do proveito econômico auferido e/ou do dano causado ao erário), à repercussão e ao grau de reprovabilidade sociais;

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 12, inciso III, da Lei n. 8.429/92, e levando-se em conta a gravidade dos fatos cometidos e da conduta do agente, a extensão do dano [inexistente, já que os serviços e produtos foram prestados e entregues, observando-se os preços de mercado] e o proveito patrimonial do agente, tem-se que a aplicação imediata e isolada da pena de **multa civil** é suficiente para alcançar o caráter punitivo e pedagógico da sanção;

**RESOLVEM CELEBRAR** o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, com fundamento no art. 5º, §6º, da Lei 7.347/85 e art. 86 da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público [Lei Complementar n. 197/2000], mediante as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – Do objeto**

Este Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta tem por objeto compelir extrajudicialmente **Serginho Rodrigues de Oliveira** ao pagamento de multa civil, em decorrência da prática de atos de improbidade administrativa previstos no art. 10, *caput*, e inciso VIII c/c art. 11, *caput*, da Lei n. 8.429/92, evitando-se, com isso, a judicialização do caso.

**CLÁUSULA SEGUNDA – Da multa civil [art. 12, inciso II, da Lei n. 8.429/92]**

**Item 01.** O COMPROMISSÁRIO **SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA** compromete-se em efetuar o pagamento de multa civil no importe de 1 [uma] vez a sua última remuneração no cargo de Prefeito Municipal, no valor **R\$ 6.846,00 [seis mil, oitocentos e quarenta e seis reais]**, o qual será pago em 12 [doze] parcelas de R\$ 570,50 [quinhentos e setenta reais e cinquenta centavos], com vencimento da primeira parcela em 02/01/2019, e as demais na mesma data dos meses subsequentes, a ser revertido ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados (FRBL), do Estado de Santa Catarina, previsto no artigo 13 da Lei n. 7.347/85 e criado pelo Decreto Estadual n. 1.047/87, mediante expedição boleto bancário;

**Item 02.** Os boletos bancários referidos nos itens anteriores serão remetidos ao seguinte endereço eletrônico: gabinete.prefeito@bomjardimdaserra.sc.gov.br;

**Item 03.** O COMPROMISSÁRIO compromete-se a promover a juntada nesta Promotoria de Justiça, no prazo de 5 dias após o pagamento de cada parcela, de cópia dos comprovantes de pagamento dos boletos bancários.

**CLÁUSULA TERCEIRA – Das multas em caso de descumprimento e da execução**

**Item 01.** Em caso de descumprimento das obrigações assumidas, o COMPROMISSÁRIO estará sujeita às seguintes multas, que deverão ser reajustadas mensalmente pelo INPC ou índice equivalente, a serem revertidas para o **FUNDO DE RECONSTITUIÇÃO DE BENS LESADOS**, criado pelo Decreto Estadual n. 10.047, de 10.12.87, conforme art. 13 da Lei 7.347/85, mediante expedição futura de boleto bancário,

definidas na tabela abaixo:

<b>Cláusula descumprida</b>	<b>Valor da Multa</b>	<b>Referência</b>
Cláusula Segunda	R\$ 50,00	Por dia de atraso.

**Item 02.** O não cumprimento do ajustado nos itens constantes na Cláusula Segunda implicará no pagamento da multa referida no item anterior, bem como na execução judicial das obrigações assumidas e protesto do título em cartório de notas;

**Item 03.** As multas acima estipuladas serão exigidas independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, estando o COMPROMISSÁRIO constituído em mora com a simples ocorrência do evento ou vencimento dos prazos fixados.

**Item 04.** As multas pecuniárias deverão ser recolhidas em favor do Fundo para Recuperação dos Bens Lesados do Estado de Santa Catarina (FRBL), criado pelo Decreto Estadual n. 10.047/87, conforme artigo 13 da Lei n. 7.347/85, mediante expedição futura de boleto bancário;

#### **CLÁUSULA QUARTA – Da fiscalização do TAC**

A fiscalização das cláusulas do presente compromisso de ajustamento de conduta será realizada pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, quando esgotados os prazos anteriormente previstos ou quando se fizer necessário.

#### **CLÁUSULA QUINTA – Das justificativas**

Considerar-se-á como justificativa ao descumprimento das cláusulas ajustadas a ocorrência de caso fortuito ou força maior, que deverá ser formalmente relatado, justificado e comprovado, devendo o COMPROMISSÁRIO comunicar o Ministério Público no **prazo de 10 [dez] dias** após sua constatação.

**CLÁUSULA SEXTA – Da possibilidade de aditamento**

As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

**CLÁUSULA SÉTIMA – Da postura do Ministério Público**

**Item 01.** O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA** compromete-se a não utilizar os instrumentos jurídicos cabíveis em desfavor do **COMPROMISSÁRIO**, no que diz respeito aos itens ajustados, caso estes sejam devidamente cumpridos, bem como a fiscalizar o cumprimento do presente Termo de Ajustamento de Conduta, inclusive procedendo eventual execução, no prazo de 60 [sessenta] dias, caso haja necessidade, nos termos do art. 33, *caput*, do Ato n. 395/2018/PGJ;

**Item 02.** O prazo que trata o item anterior poderá ser excedido se o **COMPROMISSÁRIO** justificar satisfatoriamente o descumprimento ou reafirmarem sua disposição para o cumprimento, casos em que ficará a critério do Órgão do Ministério Público decidir pelo imediato ajuizamento da execução, pelo aditamento do compromisso ou pelo acompanhamento das providências adotadas pelo compromissário até o efetivo cumprimento deste compromisso de ajustamento de conduta, sem prejuízo da possibilidade de execução da multa [art. 33, §1º, do Ato n. 395/2018/PGJ];

**CLÁUSULA OITAVA – Da abrangência do compromisso**

Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão ou entidade fiscalizatória, nem limita ou impede o exercício, por eles, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares, bem como não afasta, necessariamente, a eventual responsabilidade administrativa ou penal pelo mesmo fato, nem importa, automaticamente, no reconhecimento de responsabilidade para outros fins que os estabelecidos expressamente

neste compromisso.

**CLÁUSULA NONA – Da vigência.**

O presente Termo entrará em vigor a partir da data de sua celebração e terá prazo determinado, perdurando até o integral pagamento dos valores constantes na Cláusula Segunda.

**CLÁUSULA ONZE – Da formação do título executivo extrajudicial**

Este acordo tem natureza de negócio jurídico que tem por finalidade a adequação da conduta às exigências legais e constitucionais, com eficácia de título executivo extrajudicial a partir da celebração, na forma do art. 5º, §6º, da Lei n. 7.347/85 e art. 784, incisos IV e XII, do Código de Processo Civil, sendo que o arquivamento do **Inquérito Civil Público n. 06.2018.00002840-3** será submetido à homologação pelo Conselho Superior do Ministério Público, conforme determinado pelo art. 9º, §3º, da Lei n. 7.347/85.

São Joaquim/SC, 26 de novembro de 2018.

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO  
DE SANTA CATARINA**  
**Gilberto Assink de Souza**  
Promotor de Justiça  
COMPROMITENTE

**SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA**  
COMPROMISSÁRIO

**MARCUS AUGUSTO DA C. SPILERRE**  
ADVOGADO